

COMUNIDADE RURAL QUILOMBOLA DE TIJUAÇU: LETRAMENTO, RESISTÊNCIA E IDENTIDADE

José Francisco Alves Cruz(Pós-Crítica\UNEB)²⁵

Resumo: Este trabalho faz um percurso teórico inicial da pesquisa de mestrado em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural da Uneb - Campus II, cujo objetivo é investigar eventos e práticas de letramento nas histórias de vida de idosas do perímetro da Comunidade Rural Quilombola de Tijuáçu, distrito de Senhor do Bonfim – Bahia. Buscou-se, também, verificar edições voltadas à velhice e à memória, tendo em vista aprofundar a compreensão da temática e cumprir o requisito de pesquisa do laboratório de Edição de Texto do Pós-Crítica. Desse modo, este estudo teve as contribuições teóricas principais de Soares (2009), Kleiman (2005); Marcuschi (2003), Bortoni-Ricardo (2004); Street (2014); Quijano (2005); Mignolo (2008); Pereira (2013); Bosi (1987).

Palavras-chave: Letramento. Quilombola. História de Vida. Idosas.

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta o percurso teórico inicial da pesquisa intitulada “Comunidade Rural Quilombola de Tijuáçu: Letramento, Resistência e Identidade”, a ser desenvolvida durante o Mestrado em Crítica Cultural da Universidade do Estado da Bahia (Uneb)/Campus II.

Antes de elencar o conteúdo deste estudo é importante esclarecer que a referida pesquisa consiste numa abordagem qualitativa com fulcro etnográfico, utilizando-se da história oral, da entrevista narrativa e da observação participante, tendo como objetivos investigar eventos e práticas de letramentos a partir de histórias de vidas narradas por idosas da comunidade supracitada; identificar os contextos em que se verificam os eventos e práticas de letramentos; discorrer sobre suas características e implicações na comunidade.

Serão evidenciados neste paper o conceito de letramento e sua relação com a oralidade, fazendo uma discussão entre letramento ideológico, colonialidade e desobediência epistêmica, no que tange aos saberes letrados vigentes na sociedade, nas perspectivas do colonizador e do colonizado. Ainda, como pesquisa do Laboratório de Edição de Texto do Pós-Crítica, fez-se necessária uma reflexão sobre envelhecimento, memória e histórias de vida, a partir das edições escritas “Velhice” de Simone de Beauvoir, Memória e Sociedade: lembranças de Velhos de Ecléa Bosi e Memórias autobiográficas de mulheres velhas: recordar é tempo de narrar de Áurea da Silva Pereira.

LETRAMENTO E ORALIDADE

O conceito de Letramento varia de acordo com os teóricos, a época e as exigências do uso da leitura e da escrita. Conforme Soares (2009), em meados de 1980 o termo Letramento, importado do

²⁵ Comunicador Social, Licenciado em Letras Inglês e suas Literaturas, especialista em Programação de Ensino de Língua Portuguesa, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, Universidade do Estado da Bahia (Pós-Crítica/UNEB), linha de pesquisa Letramento, Identidades e Formação de Educadores. Orientadora: Profa. Dra. Áurea da Silva Pereira. Endereço eletrônico: francu7@gmail.com.

inglês *Literacy*, começa a ser utilizado por especialistas da Linguística e na Educação, sendo definido como práticas sociais que envolvem o uso da leitura e escrita. Neste entendimento, aqueles que aprenderam a “tecnologia” de ler e escrever devem saber utilizá-la cotidianamente nas diversas demandas da sociedade, a exemplo de preencher um formulário de emprego, tirar dinheiro no caixa eletrônico ou ler uma lista de compras no supermercado.

Das inúmeras abordagens empregadas ao termo menciono a análise equivocada repassada pelo senso comum de que apenas indivíduos alfabetizados são letrados. A esse respeito, tanto Soares (2009), como Kleiman (2005) esclarecem que indivíduos analfabetos também possuem letramento, desde que participem de eventos ou práticas sociais relacionadas à escrita. Também é importante ressaltar que nem todos alfabetizados são letrados, já que o processo de letramento envolve o entendimento da função social que os diversos gêneros representam para a comunicação diária dos indivíduos, além de habilidades cognitivas para compreensão de conteúdo e leitura de mundo. Há indivíduos que fazem o processo de decodificação inerente à alfabetização, mas que tem dificuldade para extrair a compreensão de um texto.

Outro aspecto para observação é relação letramento-oralidade. Embora os estudos sobre o letramento tenham avançado para uma perspectiva mais abrangente de situações de usos, ao longo desses mais de 30 anos, seu conceito ainda é atrelado à dicotomia entre fala e escrita. Conforme Marcuschi (2001) é fruto de uma visão *immanentista* de língua, com regras prescritivas que distingue a forma do conteúdo. Neste contexto, a fala é considerada menor, fragmentária e menos complexa do que a escrita. Esta, por sua vez, sendo a mais privilegiada pela sociedade ocidental, é caracterizada como formal, abstrata, elaborada.

A prevalência da escrita em relação à fala arraigada na cultura ocidental não se observa em cultura de matrizes africanas. O etnólogo africano Amadou Hampaté Bâ em seu texto “A Tradição Viva” evidencia o valor da tradição oral para a história da África. A oralidade, a palavra, tem uma força relacionada com o divino, com o sagrado e, portanto, tem um valor moral. O testemunho oral corresponde à verdade. O homem que não utiliza a verdade é desvalorizado perante a sociedade.

É importante entender que tanto a fala quanto a escrita são igualmente imprescindíveis na sociedade. No entanto, a divisão entre ambas, como já foi citado, decorre de um formalismo linguístico, e está intrinsecamente relacionada à herança cultural advinda do modelo de saber eurocêntrico que se propagou nos países ocidentais por forças de poder e de dominação.

Não pretendo entrar numa discussão sobre o preconceito linguístico, pois envolve uma série de fatores que não daria para explanar neste trabalho, mas menciono sua implicação em todas as esferas da sociedade contemporânea como reforço da chamada “norma culta” ou padrão, difundida

por meio da escrita. Na escola, na vida profissional e acadêmica e no meio científico as produções escritas estão voltadas apenas para o modelo de letramento autônomo.

Street (2014), partindo de uma perspectiva etnográfica, ressalta que o modelo autônomo não considera os aspectos sociais e históricos. O autor combate a visão de que o letramento autônomo tem ligação direta com a lógica, a racionalidade, a cientificidade em detrimento da oralidade, analisada como ingênua, uma prática realizada por pessoas tolas e sem pensamento crítico.

Nesse sentido, o autor faz uma abordagem do letramento ideológico, que está imbricado com a questão ideológica e política. É importante frisar seu relato sobre a imposição da ideologia colonialista que ocorreu durante a colonização e catequização de nativos por missionários metodistas em ilhas asiáticas. Neste viés, a ordem era fazer o nativo (autóctone) decorar trechos das escrituras sagradas e fazê-los pensar que estavam adentrando no “mundo do poder”, pela ilusão do domínio do letramento, da escrita, símbolo de “progresso”, que foi descrito no chamado “culto à carga”, rituais que os nativos realizavam para se apoderar da “carga” — bens e serviços trazidos pelos europeus.

Em crítica similar, Quijano (2005), em seu enfoque sobre a colonialidade do poder descreve a nefasta dominação econômica, política e cultural europeia sob as demais regiões do mundo. Foram ceifadas as formas de conhecimento dos colonizados, suas produções de sentidos, subjetividades.

[...] A repressão neste campo foi reconhecidamente mais violenta, profunda e duradoura entre os índios da América ibérica, a que condenaram a ser uma subcultura camponesa, iletrada, despojando-os de sua herança intelectual objetivada. Algo equivalente ocorreu na África [...] forçaram — também em medidas variáveis em cada caso — os colonizados a aprender parcialmente a cultura dos dominadores em tudo que fosse útil para a reprodução da dominação, seja no campo da atividade material, tecnológica, como da subjetiva, especialmente religiosa (QUIJANO, 2005, p. 111).

Mingolo (2008) indica uma alternativa para desconstruir o arcabouço delineado pela dominação colonial por meio de desobediência epistêmica, uma opção descolonial de pensamento que implica em “aprender a desaprender” toda uma história de dominação de conhecimento repassado pela “razão imperial/colonial”.

Retomando a questão do letramento, Street (2014) aponta para a existência dos letramentos sociais. Assim, as práticas letradas se manifestam em todas as esferas da sociedade: na oralidade de determinados grupos, nas comunidades rurais, nos rituais, difundindo as idiosincrasias do povo, no meio urbano, repartições públicas, comércio e demais meios. A prática letrada em uma determinada comunidade nunca será igual a outra, mesmo que os acontecimentos sejam similares. Cada contexto tem sua peculiaridade.

A partir da observação dos letramentos sociais, podemos inferir que não existem hierarquias entre os letramentos provindos da fala e da escrita. Todos são válidos e relevantes. Marcuschi (2001, p. 37) defende a hipótese de que: “as diferenças entre fala e escrita se dão dentro do continuum tipológico das práticas sociais de produção textual e não na relação dicotômica de dois polos opostos.” Daí surge um conjunto de variações, onde os gêneros textuais de cada domínio se entrecruzam em vários aspectos e, muitas vezes, possuindo características da fala e escrita.

Para Bortoni-Ricardo (2004), a análise do Letramento se dá por meio de três contínuos. Para este trabalho, apenas serão observados os contínuos de urbanização e de oralidade — letramento.

No primeiro, existem características dos falares do povo brasileiro que se modificam quando o repertório linguístico tipicamente rural passa para o empregado no meio urbano. É representado pela sequência RURAL — RURBANO — URBANO.

No meio rural, há o predomínio da oralidade com ausência de monitoração estilística. As barreiras geográficas, muitas vezes, impedem que haja o conhecimento de outras formas de falares, permanecendo formas de uso antigas e até desconhecidas pela cultura urbana. Por isso, são estigmatizadas e consideradas erradas; no centro da sequência estão os grupos rurbanos compostos por migrantes de origem rural e comunidades interioranas, distritos ou grupos semirurais que ainda conservam traços de sua cultura linguística, apesar de sofrer influências do meio urbano; na última posição estão os moradores da zona urbana, onde prevalece o uso mais formal da fala e escrita permeadas por elevado nível de monitoração estilística e de situações sociais de letramentos propiciados pela escola e demais agentes como o comércio, repartições públicas, indústria, mídia.

No contínuo de oralidade — letramento, o ambiente rural é caracterizado por eventos de oralidade e ausência ou quase ausência das condições de letramento, já que em alguns casos não existe escola ou outro meio que implemente práticas sociais de uso da leitura e escrita.

Ainda dentro da seara da oralidade, nas comunidades rurais é muito presente a tradição de se contar história dos antepassados. Estes registros orais de fatos anteriores repassados de geração a geração, especialmente pelos mais velhos, representa um grande traço cultural que deve ser mantido para a posteridade, pois faz parte da memória e história de um povo.

Como já foi mencionado no início deste paper, o objeto da pesquisa de mestrado se relaciona histórias de vida de Velhos de ancestralidade quilombola, proponho uma breve explanação em edições escrita com ênfase na relação do envelhecimento, com a memória e história de vida.

ENVELHECIMENTO, MEMÓRIA, HISTÓRIA DE VIDA

Fazendo parte do método de pesquisa História Oral, a memória, história de vida, e mais recente, a história autobiográfica são utilizadas em investigações de fulcro etnográfico. Em muitos

desses estudos, utiliza-se o testemunho oral do idoso. Este tem papel ativo no processo de (re) construção da história, por meio dos arquivos evocados de sua memória. Durante esta fase da vida, as lembranças do passado são mais precisas. Retomando a reflexão de Halbwachs a respeito da memória dos velhos em relação a do adulto, Bosi (1997, p. 23) endossa que:

Bem outra seria a situação do velho, do homem que já viveu sua vida. Ao lembrar o passado ele não está descansando, por um instante, das lides cotidianas, não está entregando-se fugitivamente às delícias do sono: ele está se ocupando consciente e atentamente do próprio passado, da substância mesma da sua vida.

Maior desvelo se faz para trazer à tona as reminiscências de sua juventude. No entanto, o fato de o idoso se interessar mais pelo passado do que um adulto, como declara Halbwachs (1925, apud BOSI, 1997, p. 23), não quer dizer que na velhice lembrará mais coisas do que na época em que era adulto, sendo importante mencionar que, no passar dos anos, a capacidade mnemônica vai se esvaindo de forma paulatina.

Partindo para a análise da tradição repassada de geração a geração, os mais velhos, em especial, por terem vivenciado inúmeras experiências ao longo da vida, estão numa etapa em que lembrar é relevante, tendo uma função social. Falando da história da África, Hampaté Bâ (1980) faz referência aos “tradicionalistas” — os “Velhos” — “grandes depositários da tradição oral” que tem a incumbência de repassar os conhecimentos aos iniciantes.

Os “conhecedores” são considerados a “Memória Viva” da África, podendo ser um mestre iniciado em algum ramo específico como tecelão, ferreiro, pescador, dentre outros ou alguém com um saber total das tradições. Independente de ter um ramo específico de saber, os velhos possuem um notável conhecimento sobre todos os aspectos científicos e cotidianos da sociedade africana.

Ainda sobre o papel do idoso, Halbwachs (1925, p. 142, apud BOSI, 1997, p. 23) menciona a importância da memória coletiva:

Nas tribos primitivas, os velhos são os guardiães das tradições, não só porque eles as receberam mais cedo que os outros mas também porque só eles dispõem do lazer necessário para fixar seus pormenores ao longo de conversações com os outros velhos, e para ensiná-los aos jovens a partir da iniciação.

Fazendo um contraponto com a sociedade ocidental, o respeito ao idoso e à sua função de “elo temporal da cultura passada no presente” não é muito evidente. Temos algumas contribuições no meio acadêmico na área da Sociologia e Antropologia, História Social, Linguística em investigações com fulcro etnográfico.

Beauvoir (1990) em “A Velhice” faz um estudo aprofundado do idoso, sob diferentes enfoques: político, condição de saúde orgânica e a realidade social, psicológico, social, filosófico, econômico, profissional. Ela faz uma forte crítica ao modo desprezível com que os indivíduos tratam o idoso, à sociedade capitalista que o exclui e o estigmatiza como um incômodo para a sociedade.

Ainda, em referência ao objeto de estudo da pesquisa que resultou este paper, menciono como relevante o ensaio “Memórias Autobiográficas de Mulheres Velhas” da Profa. Dra. Áurea da Silva Pereira, resultado de sua tese de doutoramento. Para compor a pesquisa autobiográfica, que tem como sujeitos cinco mulheres idosas da comunidade rural de saquinho-BA, a autora recorre à leitura de textos relacionados ao envelhecimento, às memórias narrativas e ao tempo. O trabalho tem uma abordagem qualitativa, utilizando-se da história oral, entrevistas narrativas em um espaço autobiográfico/ateliê/oficina.

Pereira (2013), numa perspectiva que entrelaça os fatos narrados pelas idosas como autobiográficos e o reconhecimento de si pela própria autora, a obra tem um toque literário e poético, no qual emerge histórias orais relatadas por mulheres que estão à margem da sociedade por uma política de silenciamento da terceira idade, da questão de gênero e de não acesso à chamada “Cultura de Letramento”.

Dentre os inúmeros materiais citados que serviram de arcabouço teórico-metodológico da investigação, coloco em referência, o da filósofa francesa Simone Lucie-Ernestine-Marie Bertrand de Beauvoir, citada acima, que escreveu também “Segundo Sexo”, como crítica à sociedade patriarcal e machista.

CONCLUSÃO

Durante a discussão deste trabalho é possível evidenciar que os estudos do letramento estão diretamente relacionados com a questão do poder, tendo como fator resultante o preconceito cultural representado pela dicotomia entre fala e escrita.

Nesse embate, a escrita, saber considerado correto, representa a ótica do dominador eurocêntrico, sendo atrelada “à racionalidade, ao progresso e à tecnologia”. É permeada pelo modelo autônomo de letramento, amplamente difundido na escola, no meio acadêmico-científico, nos órgãos de educação, no padrão dos organismos internacionais, como a UNESCO. Do outro lado está a oralidade, considerada de forma equivocada como conhecimento “subalterno, ingênuo e desorganizado”.

Contrapondo-se à visão imanentista de língua e de seu objeto estático de manutenção de status quo, quando considera apenas um único padrão de linguagem, Street (2014) atenta para a existência dos letramentos sociais. Nesta perspectiva, os eventos e práticas letradas são provindos tanto da oralidade quanto da escrita.

A partir dos estudos de Quijano (2005) e Mignolo (2008) sobre colonialidade e desobediência epistêmica, depreendemos que a dominação política e cultural imposta pelas metrópoles europeias aos nativos da América e da África foi de segregação racial, sendo esta racialização uma invenção ,

uma desculpa para obter a superioridade dos impérios. Esse domínio teve interferência maléfica nas formas de conceber as subjetividades dos nativos, nos cultos, tradições.

Como desobediência epistêmica, os nativos começaram a apropriação dos letramentos repassados pelos jesuítas, não com a ingenuidade que os religiosos pensavam que tinham, mas como forma de poder, de ideologia, para livrar-se da alienação que a própria igreja estabeleceu.

Em suma, a existência de um contínuo entre a fala e a escrita desmonta toda uma visão restritiva de dualidade perpetuada ao longo do tempo e emancipa o sentimento de que o pensamento foi exteriorizado através da oralidade. Nesse sentido, o valor dado à oralidade como prática em que as tradições são repassadas de geração a geração pelo discurso dos mais velhos, não a torna superior, mas em igualdade com a escrita. Ambas são essenciais para o pensamento humano, para a divulgação da cultura, da história de vida, como um gesto de força contra as forças de poder que tentam alienar o indivíduo.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. *A velhice*. Trad. Maria Helena Franco Monteiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Educação em língua materna: a sociolinguística em sala de aula*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 2. ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 1987.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GOMES, Romeu. Análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1993, cap. IV, p. 67-69.

HAMPATÉ BÂ, Hamadou – *A tradição viva, em História Geral da África I. Metodologia e pré-história da África*. Joseph Ki-Zerbo (Org.). São Paulo, Ed. Ática/UNESCO, 1980.

KLEIMAN, Angela. B. *Os Significados do Letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. 2. ed. Campinas: Mercado de Letras, 2012.

KLEIMAN, Angela. B. *Preciso ensinar o letramento?* Brasília: REVER- Produção Editorial, 2005.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para a escrita: atividade de retextualização*. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF*, n. 34, p. 287-324, 2008.

MIRANDA, Carmélia Aparecida da Silva. *Comunidade quilombola de Tijuçu: memória, identidade e visibilidade*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

PEREIRA da Silva. Áurea. Memória autobiográficas de mulheres velhas: lembrar é tempo de narrar e viver. In: VICENTINI, Paula Perin; SOUZA, Elizeu Clementino de; PASSEGI, Maria da Conceição. (org.). *Pesquisa (auto)biográfica: questões de ensino e formação*. Curitiba – PR: CRV, 2013. 266p

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Colección Sur Sur, CLACSO. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: setembro de 2005.

SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998. p. 14-25.

STREET, Brian V. *Letramentos Sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação*. São Paulo: Editora Parábola, 2014.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.